

PROJETO EMPODERANDO MULHERES: UMA INICIATIVA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Cíntia Serpa¹
Diogo Magalhães²
Elisa Celmer³

Resumo: O trabalho em voga pretende apresentar o 1º Curso de Promotoras Legais Populares desenvolvido em 2012, como atividade do projeto de extensão Empoderando Mulheres da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. O conteúdo contemplou questões que envolvem a prevenção da violência de gênero e da violação dos direitos das mulheres, objetivando promover o empoderamento das cidadãs para atuarem como multiplicadoras na defesa de direitos. A iniciativa capacitou 15 mulheres de diversas comunidades da cidade do Rio Grande/RS através de um curso pautado na aplicação da Metodologia Themis de Capacitação Legal, com as devidas adaptações às necessidades locais completando carga horária de 80h. A proposta buscou promover um processo de democratização do conhecimento jurídico e legal em particular ao que é pertinente às relações de gênero. Dentre os participantes que compõem a equipe do projeto, encontram-se acadêmic@s dos cursos de Direito e Psicologia. A ação contribuiu também para os extensionistas que ao se aproximarem da realidade cotidiana das mulheres como intermediadoras/es do processo, foram igualmente levadas/os à reflexão crítica dos conteúdos abordados. Sendo assim, a iniciativa não consistiu em um esforço de assistencialismo, esteve fundamentada em um panorama maior, através do qual universidade e comunidade se descobrem pertencentes à mesma sociedade que deve ser transformada, estimulando o protagonismo no processo de transformação social.

Palavras-chave: Violência de gênero; Direitos das mulheres; Empoderamento.

Considerações Iniciais

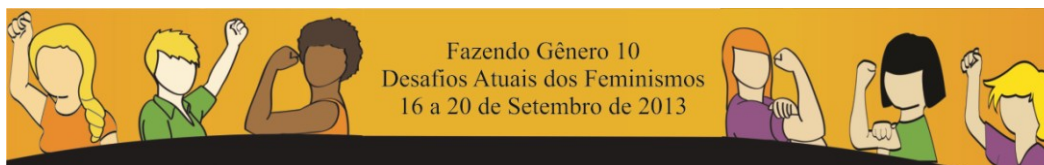
Apesar dos significativos avanços normativos e de políticas públicas afirmativas ocorridas a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, no que diz respeito aos grupos vulneráveis, como as mulheres, ainda vigoram padrões, atitudes e valores discriminatórios.

A cidade do Rio Grande conta com uma rede pública de atendimento ainda deficitária, tanto no que concerne ao acesso a toda uma gama de políticas, bens e serviços sociais, como também no que diz respeito ao pleno exercício dos direitos de cidadania capaz de fortalecer o tecido social ativando o vínculo entre os sujeitos e o contexto socioambiental em que estão inseridos. Localizada na região mais pobre do Estado do Rio Grande do Sul, Cidade possui o quarto maior PIB do Estado, mas esta pujança econômica pouco ou quase nada reflete nos índices de desenvolvimento humano e

¹ Especializanda em Abordagem Multidisciplinar em Dependência Química pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Rio Grande-RS

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande-RS.

³ Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora Assistente do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande-RS.



no poder aquisitivo da população, haja vista sua inclusão no programa governamental Território da Cidadania – Zona Sul do Rio Grande do Sul – que abrange aqueles municípios com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) médio de 0,79.

Segundo STOLZ, a ativação de um vínculo entre sujeito e o contexto em que está inserido é campo fértil para o empoderamento, o qual é descrito em sua obra como:

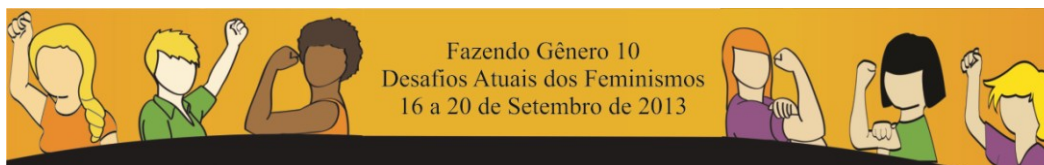
[...] pressupõe: 1) uma participação crítica, informada e ativa que não pode ser confundida com a simples “presença” do indivíduo ao longo dos processos de decisão; 2) a inclusão da possibilidade de que o sujeito compreenda a realidade do seu meio social, político, econômico, ecológico e cultural, refletindo sobre os fatores que lhe dão forma, bem como a tomada de iniciativas no sentido de que, tanto individual como coletivamente, possa efetivamente melhorar dita realidade. (STOLZ,2009, p.07)

Neste sentido, visualizamos como imprescindível à efetividade dos programas dirigidos às mulheres a participação destas. Somente desta maneira, os programas atenderão as suas reais necessidades e particularidades. Ao tomar a mulher papel importante para a construção de políticas públicas que a envolve, ela torna-se conhecedora de si e das demandas de demais mulheres em condições semelhantes a ela. Diante deste conhecimento que se configura o empoderamento da mulher, ou seja, a aquisição de autonomia, não só nas questões públicas, mas também no âmbito familiar, no trabalho e nas relações sociais. Precisamente por isto, a proposta aqui exposta objetivou capacitar as mulheres residentes na cidade do Rio Grande (RS) para uma efetiva intervenção social visando à promoção e defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, assim como o enfrentamento e prevenção de violência de gênero. Assim sendo, pretendemos dar-lhes subsídios capazes de possibilitar sua atuação junto à comunidade e ao Poder Judiciário, enquanto agentes comunitárias de justiça.

Metodologia

O projeto envolve 28.000 pessoas em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade (conforme informações da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social) na cidade do Rio Grande. Essa população envolve alguns bairros no entorno do Campus Carreiros da FURG, como o Bairro Castelo Branco. São nestas localidades, onde a pobreza propicia uma maior violação dos direitos humanos que as ações do projeto estão mais concentradas, mas é claro, não excluindo a população e demandas de outras localidades vulneráveis da cidade.

O foco do projeto, além de seu marco maior que é assegurar o acesso aos direitos humanos, é explorar as questões de gênero e combater a violência contra a mulher. Dessa forma,



relativizamos a perspectiva “dominação-vitimização”, a qual é muito bem abordada por Maria Filomena Gregori, em *Cenas e Queixas*³. Ao invés de trabalharmos na perspectiva dualidade vítima-agressor, reconhecemos, assim como Maria Filomena que a violência pode ser também uma forma de comunicação entre parceiros, mesmo que perversa. Ao invés de incentivar a denúncia de forma que as participantes se sintam pressionadas e abandonem o grupo, trabalhamos desconstruindo lentamente a naturalização da violência, compreendendo os diversos contextos de violência e os significados que assumem.

A opção de enfrentar a violência de gênero pela formação de multiplicadores (Promotoras Legais Populares) baseia-se no fato de que os grupos de mulheres têm sido, ao longo do tempo, uma estratégia utilizada desde o início do movimento feminista para trabalhar questões de gênero, principalmente no que diz respeito a violência de gênero, já que hoje é considerado uma questão de saúde pública. Os grupos representam um caminho para a construção de estratégias coletivas de resistência para as mulheres. O grupo é uma estrutura básica de trabalho e investigação, assim como uma instância de ancoragem do cotidiano. As estratégias de resistência que as mulheres inventam e constroem no seu dia-a-dia significam, na realidade, estratégias de empoderamento. Entendido, o empoderamento, como as feministas o utilizaram, ou seja, é a contribuição para que a mudança nas relações entre homens e mulheres vá acompanhada de transformações na linguagem, refletindo novas construções e imaginários sociais.

Neste contexto trabalhamos com o método de Freire, tratando de resgatar seus elementos fundamentais: a dialogicidade e o conhecimento crítico. Busca-se a palavra como meio para que o diálogo aconteça e através dele suas duas dimensões: a ação e a reflexão⁴. Ao tratarmos com pessoas em situação de vulnerabilidade, reconhecemos, em consonância com os ensinamentos de Paulo Freire, que devemos flexibilizar a forma de comunicação, traçando uma linha horizontal e clara de comunicabilidade entre os integrantes do projeto e as participantes do curso.

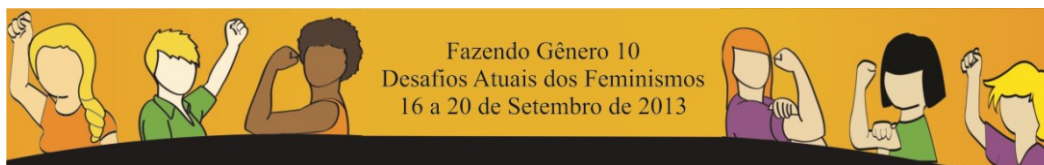
Nossa proposta metodológica, seguindo a Thiollent, trata de sobrepor e combinar o momento investigativo (pesquisa) com o momento ativo (ação ou decisão)⁵. A pesquisa-ação⁶ foi realizada e se renova de modo participativo com a colaboração das/dos pesquisadoras/res, alunas/os

³ GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e terra, 1993.

⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁵ THIOLENT, Michel; ARAÚJO FILHO, Targino de; SOARES, Rosa Leonora Saleno. (Orgs.). *Metodologia e experiências em projeto de extensão*. Niterói: EDUFF, 2000.

⁶ BROSE, Markus (org). *Metodologia participativa. Uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.



e profissionais implicados nas ações e práticas realizadas de modo a identificar os problemas e a buscar implementar possíveis soluções e ações coletivamente deliberadas.

A pesquisa-ação nos acompanhou desde o momento de divulgação do projeto. Para divulgar o curso e a disponibilidade de nossos atendimentos jurídicos, psicológicos e de assistência social, o grupo foi até as comunidades, em locais referenciais, como postos de saúde e escolas. Desde então, escutamos necessidades, as quais influenciaram a confecção de quais módulos seriam ministrados. Após, realizamos um dia de apresentação do curso, na qual foi exposta a proposta do curso, incluindo os temas dos módulos: Direitos Individuais e Sociais; Direitos das Mulheres e relações familiares; Gênero e sexualidade; Prevenção de DST/AIDS; Prevenção às drogas; Relações étnico-raciais; Educação Ambiental e Geração de Renda.

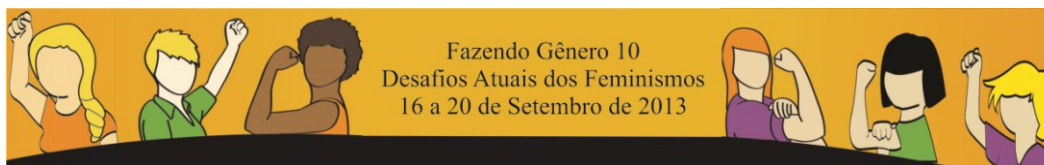
A construção da duração do curso, da frequência semanal e de outras atividades extras a serem implementadas, partiram de uma enquete realizada no dia da apresentação. Assim como, o horário das turmas e a divisão das mesmas.

Resultados

Em primeira instância, ficou decidido que o curso seria oferecido no turno da noite, na sala 55 do CAIC. Além de prestigiar duas turmas com cargas horárias semanais diferenciadas. A turma A contava com duas aulas semanais e a turma B com apenas uma.

O curso contou inicialmente com a inscrição de cerca de 40 mulheres. Porém, a evasão foi alta, sendo que 15 mulheres concluíram o curso. Algumas hipóteses foram levantadas, para que na próxima edição do curso esse número fosse menor e menos significativo, como por exemplo, o turno em que o curso era desenvolvido e a carga horária das turmas.

Entretanto, com satisfação as lideranças comunitárias foram e continuam sendo ouvidas em seus reclamos e sugestões, já que identificamos nos seus relatos durante o curso e no acompanhamento das demandas judiciais, sociais e psicológicas assistidas por nós na sala 33 do CAIC. Além disso, o conhecimento não é somente adquirido por aquelas que participam do projeto, mas também pelos bolsistas e profissionais que realizam as atividades. Percebemos a realização das Promotoras Legais Populares, mas também dos acadêmicos e profissionais e a identificação deles com a necessidade em manter projetos de extensão dedicados às comunidades vulneráveis. Comunidades essas que com as PLP's estão tendo um auxílio maior quanto a informações no âmbito jurídico e assistencial.



O projeto tem adquirido uma visibilidade cada vez maior e é crescente o número de pessoas dos bairros atendidos que nos procuram. Tanto que a segunda edição do curso está em andamento com funcionárias do PIM (Primeira Infância Melhor), que trabalham na Prefeitura de Rio Grande.

Considerações Finais

O 1º Curso de Formação de Promotoras Legais Populares obteve um grande êxito, visto que a intenção é formar mulheres interessadas e engajadas com a proposta da temática do curso. Tudo isso pôde ser percebido através de um questionário feito as concluintes do curso, onde eles puderam colocar as suas percepções e opiniões acerca do curso, assim como, sugestões para o melhor aproveitamento do curso nas próximas edições.

Fundamentado no conceito de transversalidade racial, de gênero e de diversidades, o Projeto está voltado à promoção e defesa dos Direitos Humanos e de Cidadania das mulheres. Assim, é possível perceber a dimensão da importância de projetos extensionistas como este, que combinam a prática social com a pesquisa e o ensino, pois, a partir das ações articuladas tanto no âmbito interno da Universidade, como com o poder público local, diversas pessoas estarão capacitadas a agir como multiplicadoras e disseminadoras de novos saberes e informação, colaborando então para a transformação de sua realidade concreta e, conseqüentemente, para a conquista paulatina de uma sociedade justa e sustentável.

Referências

BROSE, Markus (org). Metodologia participativa. Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

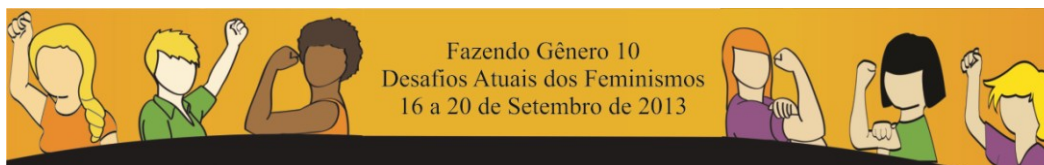
CONILL, E & SCHERER, MDA. Novas estratégias em educação: avaliação da técnica Tribunal do Júri na capacitação de conselheiros na área de saúde da mulher em Santa Catarina, Brasil. Cadernos de Saúde Pública. 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e terra, 1993.

STOLZ, Sheila et. al. Educação em e para os Direitos Humanos: um espaço de construção de uma cultura emancipatória e solidária. In: STOLZ, S. e KYRILLOS, G. Ensaios de Direitos Humanos e Fundamentais. Trabalhos de Iniciação Científica. Pelotas: Delfos Editora, volume I, 2009.

THIOLLENT, Michel; ARAÚJO FILHO, Targino de; SOARES, Rosa Leonora Saleno. (Orgs.). Metodologia e experiências em projeto de extensão. Niterói: EDUFF, 2000.



Empowering Women Project: an initiative to combat gender violence

Abstract: The work intends to present the 1st Course of Popular Legal Advocates developed in 2012, as an activity of the extension Empowering Women project from the Universidade Federal do Rio Grande – FURG. The content contained questions which involve prevention of gender violence and prevention of women’s rights violation, aiming to promote the empowerment of citizens to act as multipliers in rights defense. The initiative enable 15 women from different communities of the city of Rio Grande/RS through a course guided by the application of Themis Methodology of Legal Training, with necessary adaptations to local needs completing workload of 80 hours. The proposal sought to promote a process of democratization of legal knowledge in particular to what is relevant to gender relations. Among the participants that make up the project team, are academics from courses of Law and Psychology. The action also contributed to the students because they approached the everyday reality of women as intermediating of the process, were also taken to the critical reflection of the content covered. Thus, the initiative is not an effort consisted of welfarism, was grounded in a bigger picture, through which community and college find themselves within the same society that must be transformed, stimulating protagonism in the process of social transformation.

Keywords: Gender Violence; Women Rights; Empowerment.